

10º Encontro Associação Brasileira de Ciência Política
Belo Horizonte, 30 de agosto a 02 de setembro de 2016

Área Temática: Pensamento Político Brasileiro

**RAÍZES DO RIGOR: IUPERJ, UFMG E A REBELIÃO DAS
MINÚCIAS**

Daniel Soares Mano Gonçalves (Universidade Federal
Fluminense)

Resumo:

O objeto desta pesquisa constitui-se do entrelaçamento de duas tradições intelectuais que moldaram em ampla medida os parâmetros epistemológicos da ciência política no Brasil: a antiga tradição do ensaísmo histórico e político, que remonta às origens do Estado brasileiro, e, sobretudo, o muito recente – nas humanidades - paradigma da objetividade, ou new rigorism, termo cunhado por Carl Schorske, com o fito de sintetizar as transformações por que passou a cultura acadêmica norte-americana a partir do pós- guerra. O “rigor” a que Schorske se refere opõe-se à amplitude, à perspectiva normativa e pouco especializada que caracterizara o pensamento social e político norte-americano até então. O referido rigor reduz gradualmente o escopo do pensamento, pelo afastamento de questões relativas a valores e pela desconsideração do quadro multifacetado da realidade social, em nome dos ideais de rigor, clareza, especialização disciplinar e precisão analítica. O período aqui abordado se inicia com a simbólica derrocada da intelligentsia aglutinada em torno do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), consequência direta da perseguição operada pelos militares em 1964, e completa-se com a criação dos primeiros programas de pós-graduação em ciência política do Brasil: o Departamento de Ciência Política da UFMG, (DCP), e o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), respectivamente em 1967 e 1969, marcos iniciais do processo de institucionalização pelo qual passou a disciplina no país.

Palavras-chave: DCP, IUPERJ, new rigorism, behaviorismo

O regime político instalado no Brasil em 1964, se por um lado logrou reprimir e criar obstáculos a diversas formas de manifestação social e política, buscou, por outro, como indica Forjaz (1997), estruturar setores da vida nacional até então incipientes, carentes de regulação e apoio institucional, dentre os quais é possível identificar o campo científico. Sob essa perspectiva, é possível destacar algumas iniciativas notáveis como a criação da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), em 1967, encarregada de fomentar projetos de inovação tecnológica em instituições públicas e privadas, com vistas ao desenvolvimento econômico e a reestruturação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em 1974, por meio do decreto 74.299, que concentrou em suas mãos a tarefa de formular o Plano Nacional de Pós- Graduação e estabeleceu como um de seus objetivos implementar uma política de concessão de bolsas de pós-graduação em âmbito nacional. Esse mesmo decreto ratificou importante conquista da instituição em termos de autonomia financeira: o Fundo de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (FAPES), criado em 1970.

No rastro da expansão da pós-graduação promovida pelo projeto modernizador do regime militar, os primeiros programas de ciência política começaram a se estabelecer, como atesta Lamounier (1982, p.421): em 1980, se podia contar cinco deles, com quatorze teses de mestrado defendidas no período abrangido pelo segundo semestre de 1979 e o primeiro de 1980. Uma razoável expansão quantitativa, levando-se em conta os números relativos à produção em ciência política na USP, entre os anos de 1945 e 1964: treze teses.

Os cursos pioneiros foram os do Departamento de Ciência Política da UFMG, (DCP), e do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), criados respectivamente em 1967 e 1969. As trajetórias dos intelectuais envolvidos na criação de ambos os institutos se entrecruzam em vários pontos. O grupo dos mineiros que incluía, entre outros, Fabio Wanderley Reis, Simon Schwartzmann, Antônio Octávio Cintra e Bolívar Lamounier era, majoritariamente, oriundo do Curso de Sociologia e Política da Faculdade de Economia da UFMG, enfraquecido após a vitória militar de 1964 e voltado para a formação de quadros técnicos para a alta administração pública. Findada a graduação neste último, os recém-bacharéis, diante da ausência de programas de pós-graduação em ciência política no país, completam os estudos no exterior – notadamente nas principais universidades norte-americanas e na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso)¹, no Chile. Esse êxodo é um primeiro ponto de convergência entre a trajetória de mineiros e cariocas. Este último grupo compunha-se em grande medida por intelectuais egressos do antigo Instituto

¹ Entre 1960 e 1970, doutoraram-se, todos em Ciência Política, Fábio Wanderley Reis (University of Harvard), Wanderley Guilherme dos Santos (Stanford University), Simon Schwartzman (University of California, Berkeley), Antonio Octávio Cintra (Massachusetts Institute of Technology), Bolívar Lamounier (University of California, Los Angeles), Renato Boschi (University of Michigan), e José Murilo de Carvalho (Stanford University)

Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), dentre os quais Wanderley Guilherme dos Santos, César Guimarães, Cândido Mendes e Hélio Jaguaribe. Wanderley doutorou-se em Stanford e César Guimarães, como os mineiros, emigrou para a Flacso; Cândido e Jaguaribe lecionaram em diversas universidades norte-americanas, no interregno entre o golpe militar e a criação do IUPERJ.

O êxodo de mineiros e cariocas colocou-os em contato com a ciência política orientada para problemas empíricos, norteada pelos ideais de rigor metodológico, objetividade e pela valorização das ferramentas estatísticas. Segundo Cintra (*apud* FORJAZ, 1997, p. 10), sua passagem pela Flacso pode ser comparada a “uma lavagem cerebral [...] teorias de alcance médio, muito neopositivismo. Então, essa foi uma grande influência.” O conjunto de práticas, métodos e protocolos mencionado por Cintra pode ser compreendido como aquilo que Schorske (1998) denominou *new rigorism*, visando sintetizar as transformações por que passara a cultura acadêmica norte-americana a partir do pós - guerra. O rigor a que Schorske se refere opõe-se à amplitude, à perspectiva normativa, ensaística e pouco especializada que caracterizara o pensamento social e político norte-americano até então. Sob o crivo do *new rigorism*, o escopo das análises políticas se reduz; as investigações se afastam de questões relativas a valores e buscam recortar o quadro multifacetado da realidade social, em nome dos ideais de clareza, especialização disciplinar e precisão analítica.

Na ciência política, especificamente, o *new rigorism* traduziu-se na chamada *virada behaviorista*, que, a partir da década de 1950 reconfigurou sensivelmente o campo. Segundo David Easton, um de seus expoentes,:

[behavioralism] has shifted the balance of concern from prescription, ethical inquiry, and action to description, explanation and verification (...) has justified this shift on the grounds that without the accumulation of reliable knowledge, the means for the achievement of goals would be so uncertain as to convert action into a futile game (EASTON, 1969 p. 1053)

A construção de um acervo confiável de conhecimento, através da catalogação de regularidades empíricas foi, para Easton (1969), o principal argumento legitimador da virada behaviorista e seu insulamento em relação à atividade política corrente, que pode ser

descrito também, como processo de separação entre saber político e saber prático.² Desse divórcio, originaram-se duas tradições distintas, segundo Easton: a *basic research*, de cunho descritivo-explicativo, formada por experimentos rigorosamente controlados de hipóteses e testes, isolada das demandas sociais mais imediatas, e a *applied research*, endereçada à execução, à colocação em prática do cabedal de conhecimento disponível na solução de problemas políticos específicos. O êxito da primeira, e sua primazia em relação à segunda durante os anos 50 seriam frutos, em grande parte, dos efeitos persuasivos provocados pela perspectiva de descobertas futuras, compensadoras das perdas presentes em erudição, relevância e capacidade de intervir em assuntos públicos; uma espécie de pacto, por meio do qual a disciplina alienou sua tradição especulativa em troca da promessa de um conhecimento³ factual crescente e inesgotável.

A inflexão behaviorista representou, ainda, uma reação à predominância da história das ideias nos estudos políticos do início do século XX, considerada por seus detratores uma forma de antiquarismo intelectual, negligente em relação à análise factual contemporânea. Segundo Gunnell (1979), o pano de fundo do historicismo na teoria política norte-americana foi um ambiente intelectual que, sob a égide de um relativismo epistemológico com o frescor da novidade, conferiu peso em certos casos exagerado aos contextos históricos nos quais se desenvolveram as teorias. Convém notar que na década de 1920 floresceram movimentos análogos em outros domínios, como a sociologia do conhecimento, de Karl Mannheim, e o relativismo cultural de Franz Boas. A crítica behaviorista, tendo David Easton como principal porta-voz, identificou nos trabalhos dos historiadores políticos uma excessiva preocupação com a coerência e a organização da narrativa, em detrimento de sua capacidade de produzir conhecimento político cumulativo e confiável. Obtendo um retrato nítido e confiável da realidade social, poderia a teoria política intervir, *a posteriori*, no sentido de oferecer soluções concretas para problemas específicos. Gunnell não subscreve o diagnóstico da crítica behaviorista, pois esta teria, a seu juízo, confundido relativismo epistemológico com relativismo moral. Haveria nos estudos históricos uma ampla preocupação prática ignorada por Easton e os demais críticos, manifestada notadamente na recomendação pedagógica do recurso à tradição da teoria política, que seria não apenas um acervo de erudição, mas uma fonte de aguçamento da sabedoria política prática (GUNNELL, 1979, p.11). O programa behaviorista, não obstante as limitações apontadas

² Em oposição, convém notar, à clássica definição de Aristóteles, na *Ética a Nicômaco*, de saber político como saber prático.

³ O sentido de conhecimento aqui utilizado pode ser resumido na formulação de Eulau (1963, p.9): "By knowledge I mean, of course, a set of verified statements about reality".

por Gunnell, se estabeleceu na ciência política, e seu clamor por uma ciência fática e operacional mudou sensivelmente as feições da disciplina.

A política em seus próprios termos

A influência dos modelos científicos da Flacso e da academia norte-americana não se reduziu, contudo, às características acima citadas. Como sugere Lessa (2011, p.24) mais do que polos irradiadores do *new rigorism*, essas instituições ofereciam aos intelectuais brasileiros o ineditismo de abordagens na ciência política desvincilhadas dos campos do direito, da sociologia, da administração, um saber, enfim, autônomo, demarcado e dotado de um acervo conceitual criado especificamente para a lida com o aspecto político das instituições: arenas, sistemas, grupos de interesse, etc. Levantamento realizado por Lamounier (1982, p. 417) indica a carência de trabalhos relacionados a temas políticos no universo acadêmico nacional até então: de 37 teses de doutorado apresentadas na Pós-Graduação em Ciências Sociais da USP, de 1945 a 1964, apenas 13 podiam ser classificadas como pesquisas em Ciência Política, e mesmo assim, com importantes lacunas: nenhuma abordara partidos políticos e sistemas eleitorais, por exemplo, objetos de interesse da área do direito, mais especificamente da Faculdade de Direito da UFMG, onde Orlando de Carvalho, em 1956 criara a Revista Brasileira de Estudos Políticos, responsável por uma vultosa produção de material empírico relacionado ao sistema eleitoral brasileiro, à luz do direito constitucional. Schwartzmann (1977) resumiu o *status* da ciência política brasileira ao longo do século XX: “A vinculação estreita entre a ciência política e o direito, por um lado, e à sociologia, por outro, fez com que esta disciplina custasse a adquirir, no Brasil, feição própria”.

Nos anos do pós-guerra, as ciências sociais haviam se desenvolvido notadamente em dois prestigiosos centros: a USP e o ISEB. Mas a ciência política não alcançara estado de plena autonomia, sendo antes ofuscada pela influência do pensamento sociológico europeu. Miceli, a esse respeito, observa:

[...] o currículo da faculdade paulista se nutria de uma alentada formação filosófica sobre a qual foi se erigindo progressivamente o predomínio intelectual da disciplina sociológica convertida em núcleo dinâmico da produção acadêmica. (*apud* FORJAZ, 1997, p. 2)

Lamounier vê o mesmo predomínio:

No que diz respeito à tradição paulista, o aspecto principal a registrar é que o crescimento das Ciências Sociais se deu até certo ponto *contra* a Ciência Política[...]Não se trata de discutir aqui o acerto ou não dessa orientação geral dos estudos sociológicos da USP. Afirma-se apenas que ela teve como consequência um *sociologismo* às vezes exagerado, na medida em que não dirigia a atenção para os temas propriamente políticos, ou político-institucionais (LAMOUNIER, 1982, p.417)

Para Lamounier (1982), o reconhecimento da existência de uma província específica do fenômeno político, passível de análise em seus próprios termos, remonta, no contexto brasileiro, à obra de Victor Nunes Leal, *Coronelismo, Voto e Enxada*, de 1948, na qual o sistema político é concebido não apenas como epifenômeno, determinado pela estrutura sócio-econômica em que se insere, mas como um sistema dotado de relativa efetividade e autonomia, capaz de “assegurar a continuidade das instituições e a coesão do estado” (LAMOUNIER, 1982, p. 414). Não obstante o reconhecimento de sua lógica específica, o sistema representativo é interpretado, na obra de Leal, sem grande rigidez na delimitação de suas fronteiras em relação às dinâmicas sociais, econômicas e culturais, e à relativa distância da coleta de minúcias factuais, caras ao tipo de pesquisa básica (*basic research*) saudada por Easton. A inflexão behaviorista, mais do que delimitar e definir rigorosamente o fenômeno político⁴, se desdobra em seu detalhamento empírico exaustivo, na focalização crescente das investigações em aspectos internos ao Estado, aos partidos e demais estruturas de poder, através de ferramentas conceituais próprias. (LESSA, 2011, p. 36).

De volta ao Brasil, os intelectuais mineiros, com o apoio financeiro da Fundação Ford, criam o DCP e, dois anos depois, diante das limitações institucionais e da intrincada estrutura burocrática da universidade pública, alguns dos integrantes do grupo original juntam-se aos cariocas para dar origem ao IUPERJ. Esse movimento é o que Forjaz (1997, p. 12) denomina eixo Minas-Rio, uma aproximação que se inicia ainda antes do golpe de 64, entre mineiros e ISEB, e culmina na criação da pós-graduação do IUPERJ.

Aqui, é possível divisar o segundo ponto de convergência entre mineiros e cariocas: sua aproximação crítica à herança do ISEB. A influência do pensamento isebiano sobre o grupo mineiro no período pré-64 é abordada por Forjaz (1997, p.15), que recorre a depoimentos de dois de seus membros, Vilmar Faria e Bolívar Lamounier, para dimensioná-

⁴ Para Catlin, o fenômeno político constitui-se de uma relação entre indivíduos, “relation of wills in a fashion of control” (Catlin, 1937, p. 257). Eulau (1963, p. 57), no mesmo sentido, concebe política como “purposive action through which a group (...) engages in collective decision-making”.

la⁵. A trajetória de Júlio Barbosa é citada, também, para ilustrar a vitalidade do eixo Minas-Rio: Barbosa, professor de Sociologia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, idealizador do Curso de Sociologia e Política, em que tantos intelectuais mineiros graduaram-se, e da *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, tornou-se posteriormente, chefe do Departamento de Sociologia do ISEB, no Rio de Janeiro. Sobre a revista, é esclarecedor o testemunho de José Murilo de Carvalho:

Foi a mais internacional das revistas de Ciências Sociais jamais feitas no Brasil. O lado nacional já apareceu no primeiro número que anunciava o II Congresso Brasileiro de Sociologia, a se realizar em Belo Horizonte, secretariado pelo próprio Júlio Barbosa. Graças a esse professor, fomos introduzidos às obras dos autores do ISEB, sobretudo de Guerreiro Ramos, Hélio Jaguaribe e Álvaro Vieira Pinto. (DE CARVALHO, 2010)

A ligação do grupo carioca com o ISEB é mais óbvia: muitos de seus membros eram egressos do instituto, e a própria criação do Luperj parece ter respondido ao anseio de um dos mais ativos isebianos históricos, Cândido Mendes, de recriar o ISEB, ou, para não reforçar o ato falho a-histórico, recriar aquilo que o ISEB teria sido, caso não houvesse se precipitado sobre o país o regime de 1964. Quem relata o desejo de Mendes é Wanderley Guilherme dos Santos (2011, p. 29): “Ele sempre teve na cabeça dele que ia refazer o ISEB ao qual ele não pode voltar, depois da renúncia do Jânio Quadros.”. O ISEB a ser recriado, no entanto, não é o tardio, de Wanderley, engajado, próximo das *bases*, dos anos 60, mas aquele que Mendes ajudara a construir e a cujo esfacelamento assistira, devido à sua progressiva radicalização na década de 50: o incubador da *intelligentsia* nacional, da vanguarda intelectual capaz de prover à elite nacional as idéias e práticas necessárias ao desenvolvimento político e econômico, em um ambiente de independência intelectual e pluralidade epistemológica – um produtor, em suma, de *applied research*. Esse desejo, por certo, esteve presente no momento de criação do Luperj, mas mesmo esse ISEB de corte clássico acaba por tornar-se alvo de críticas ao passar sob o crivo das “novas idéias” orientadoras do ensino e da pesquisa em ciências sociais nos anos seguintes. Na edição inaugural da revista do Luperj, a *Dados*, Carlos Estevam Martins, ele mesmo um egresso do

⁵ Vilmar Faria afirma que “[...] o ISEB foi mais influente na minha formação nesse momento do que a produção na USP”. Já Bolivar Lamounier: “As revistas de Minas, a *Brasileira de Estudos Políticos* e a *Brasileira de Ciências Sociais* tentavam publicar gente do país inteiro, mas quem atraía mais atenção era o pessoal do ISEB”.

ISEB, critica a desorganização conceitual e a falta de integração e *rigor* entre as teorias do quadro de pensamento isebiano. (MARTINS, 1966, p.87)

Sistemas, arenas e comportamento

A análise das primeiras dissertações e teses produzidas nas duas instituições, DCP e IUPERJ, é esclarecedora a respeito dos parâmetros epistemológicos que as orientaram. Em 1970, o DCP publica *Um teste de duas estratégias políticas: a dependência e a autonomia*, tese de mestrado da lavra de Benicio Viero Schmidt, sob a orientação de Fabio Wanderley Reis. Seu trabalho analisa comparativamente os resultados hipotéticos de dois tipos de políticas de desenvolvimento, se aprofundadas e não interrompidas: uma, a dependente, compatível com a posição periférica do Brasil no cenário econômico internacional e aceitante das restrições impostas por essa condição; outra, a autônoma, orientada em direção contrária, baseada na mobilização de forças e recursos internos (ou internalizados, via nacionalização de indústrias, por exemplo). São analisados os impactos de ambas as políticas sobre dois problemas fundamentais: a dependência externa e a marginalidade (exclusão de ampla parcela da população dos bens socialmente produzidos). Ambas as políticas são classificadas como “experimentos”, cujos resultados são observados em relação a seus “custos” de efetivação.

Os experimentos de Schmidt fundamentam-se na existência de um sistema de comportamento político centralizado e planejador, que tomou forma no Brasil a partir da Revolução de 1930, uma estrutura de poder que configura o objeto de estudo do autor, especialmente o processo decisório em relação às políticas de desenvolvimento. O conceito de decisão em que Schmidt se apoiou remete a Easton (1968), que o definiu como processamento e articulação das demandas (os *inputs*) produzidas grupos de interesses e agentes de pressão atuantes sobre um dado sistema político. No caso brasileiro, Schmidt enxergou um progressivo alargamento da base de *inputs* a partir de 1930, com a popularização do sufrágio, o acelerado processo de urbanização, a progressiva alfabetização da população e o aumento da renda per capita.

Mais do que no conceito de decisão, contudo, a grande novidade deste trabalho reside na utilização de um complexo “modelo sócio-político do Brasil”, idealizado pelo cientista social colombiano Carlos Domingo. Seu propósito é servir de ferramenta para medição do impacto de eventuais políticas públicas (os *outputs*) sobre o ambiente social, fonte dos *inputs*. É, em outros termos, imaginar a maquinaria política, o modelo em movimento e interação com seu meio ambiente, na tentativa de responder e adaptar-se aos desafios apresentados por este. Uma vez que esse modelo apresenta conexões lógicas entre seus

componentes, numericamente mensuráveis, torna-se possível prever com relativa precisão os resultados das ações adotadas.

Os “atores” em jogo nesse modelo, que representam as forças a incidir sobre o sistema político são caracterizados com base nos seguintes atributos quantificáveis:

Poder: capacidade de pressionar sobre outros atores, fazendo-os proceder segundo seus desejos

Informação: conhecimento que o ator tem dos indicadores do sistema, e das avaliações que deles fazem os demais atores

Coesão: Homogeneidade das avaliações do grupo

Sectarismo: Resistência a mudar suas avaliações

Meios de pressão: O poder de pressionar sobre o governo

(SCHMIDT, 1970, p.36)

Na outra ponta, as decisões e ações de governo são classificadas sempre a partir de um aspecto específico, em um contínuo numérico que representa, no arco ideológico, políticas que vão da extrema esquerda (nº1) à extrema direita (nº5). Quanto à política agrária, por exemplo, são consideradas as seguintes possibilidades:

1 – reforma radical

2 – grande reforma

3 – reforma moderada

4 – reforma muito pobre

5 – nenhuma reforma

(SCHMIDT, 1970, p.37)

Quanto às relações com o exterior:

1 – máxima autonomia e endogenia

- 2 – integração
 - 3 – associação com autonomia
 - 4 – associação com independência
 - 5 – mínima autonomia e endogenia
- (SCHMIDT, 1970, p.37)

O mesmo esquema é aplicado em relação aos quesitos “Educação”, “Política fiscal”, “Políticas de distribuição de renda” e “Política de industrialização”.

O objeto político – a política pública – passa a ser compreendida em seus próprios termos. Sobre ele incide uma infinidade de variáveis econômicas, culturais, e, sobretudo, políticas, manifestadas nas ações de partidos, eleitores, sindicatos, enfim as instituições que compõem o espectro político - institucional, maior ou menor a depender da natureza do regime. A analogia biológica é explícita: a política passa a ser um reino, com suas forças e seus objetos. Não é negada a existência e a influência de outros reinos, nem devem estes ser mantidos fora da análise – mas o fenômeno político torna-se rigorosamente delimitado em termos empíricos e dotado de unidade de análise fundamental – *o processo decisório das autoridades*.

Embora valores direcionem, nessa chave, a seleção das variáveis sob análise, do conjunto de forças que incide sobre o processo decisório, não são o objeto de investigação do cientista. Max Weber foi, nas ciências sociais, o articulador mais explícito desse posicionamento metodológico, ao admitir o papel central das teorias – e dos valores – na ciência, separando-os, contudo, da dimensão objetiva do conhecimento. As questões postas pelo cientista à realidade social, para Weber (1998), são orientadas, inelutavelmente, por elementos subjetivos, mas as respostas que dela obtém, *podem e devem* não ser contaminadas por traços de subjetividade.

Em 1973, é publicada a tese de mestrado de Lucia Lippi Oliveira pelo IUPERJ, *O Partido Social Democrático*, com orientação de Wanderley Guilherme dos Santos. A autora retrata o PSD com riqueza documental – programa do partido, estatuto, entrevistas com seus líderes, etc, em um esforço de analisar, através do conhecimento de sua estrutura interna, o sentido de sua atuação na política brasileira ao longo da curta existência do partido (1945-1964).

Alguns elos podem ser encontrados entre esta obra e a de Schmidt, especialmente na identificação de “partidos” a “interesses” e “decisões”. Ao comentar as definições mais usuais de partido na ciência política, Oliveira indica:

[os partidos] comunicam demanda, são centros de *poder e decisão*. Entre as inúmeras funções a eles atribuídos, *agregação de interesses*, recrutamento e formação de lideranças, controle de governo, suporte político, são principalmente consideradas as de organização e representação. (OLIVEIRA, 1973, p.3)

A análise busca, também, escapar à sobredeterminação sociológica dos estudos sobre partidos, predominantes até então. A maioria dessas investigações procurava encontrar nexos (ou sua falta) entre os partidos e as classes sociais que compunham a estrutura da sociedade brasileira, em diferentes etapas históricas. Outras análises, ainda, punham a normatividade à frente da pesquisa empírica, através das críticas à “inautenticidade” dos partidos, uma vez que estes não seriam ideológicos, mas clientelistas e fisiológicos. Ao comentar um trabalho do jornalista e político Lourival Fontes, Oliveira afirma que

O autor, no presente texto, compara uma situação revestida de caracteres ideais com a realidade. A frustração decorrente do grau de distanciamento entre uma e outra não nos auxilia muito no conhecimento e compreensão da estrutura partidária e política. (OLIVEIRA, 1973, p.10)

A normatividade, de um lado, e o *embedding* sociológico de outro, representaram, segundo a autora, os principais obstáculos para a constituição dos partidos como objeto de estudo científico e ao florescimento de análises mais específicas dessas instituições, com a riqueza descritiva daquilo que se convencionou chamar de “métodos qualitativos” – questionários, análise documental e discursiva, entre outros.

A concepção do processo decisório e das políticas dele oriundas como objetos de estudo, submetidos a arranjos de forças, encontra-se presente, também, na tese de Oliveira, e é bastante visível sua influência no capítulo dedicado à compreensão do processo de *decision-making* do partido, em que a autora incorporou à ideia de sistemas políticos de Easton, a tipologia de políticas públicas cunhada por Theodore Lowi. Nessa chave, a imagem de “reino” da política de Easton é transformada em outra imagem bastante ambígua – a *arena*.

Lowi (1964) refinou a análise das forças que agem sobre as *public policies* ao estabelecer para cada uma delas um arranjo diferente de forças atuantes, uma arena apropriada. As políticas de distribuição resultam de uma conjuntura de estabilidade, em que os interesses particulares envolvidos são atendidos sem a necessidade da antagonização, usualmente pela via do clientelismo e da apropriação patrimonial do Estado pela forças demandantes de bens públicos, via de regra, na forma de obras, contratos e recursos diretos do Tesouro. São políticas que tendem a perpetuar-se até que haja um agrupamento pontual das forças que resulte na criação de uma regulação, na qual se torna possível divisar um arranjo “vencedor” e outro “perdedor”. Tem-se aí, uma política regulatória – as restrições usualmente impostas às empresas de cigarro e bebidas, ou as leis de proteção ao trabalhador por exemplo. Quando interesses antagônicos se aprofundam em intensidade e duração, assiste-se à emergência de políticas redistributivas, através das quais bens e vantagens de certos grupos são apropriados e redirecionados pelo Estado.

Oliveira aplicou engenhosamente o modelo de Lowi ao processo de decision-making das bancadas do PSD no Congresso Nacional. Essa bancada atuaria em nível local, em consórcio com vereadores e líderes municipais, como operadora do paroquialismo, das políticas clientelistas, e da distribuição de favores, ou seja, em âmbito distributivo. No âmbito estadual, como agente regulatório de ações de desenvolvimento regionais, através de agências como o DNOCS e a SUDENE e em termos nacionais, nos embates acerca das grandes questões, de interesses menos corriqueiros e demandantes de ação redistributiva. Os três níveis representam, na verdade, o alcance variável das bases e do eleitorado do partido sobre o principal ator de decisão do sistema, o deputado federal. Convém notar que, devido à estrutura histórica do sistema político brasileiro, atravessada pelo mandonismo local, a dimensão da base de influência torna-se, proporcionalmente, cada vez mais restrita conforme se ascende de nível – local, estadual ou nacional. A esse respeito, a autora observa que

O processo de análise e tomada de decisão em relação a projetos, acontecia sem que as bases do partido dela tivessem notícia. As bases se movimentavam por ocasião de campanhas políticas, seus interesses eram locais, seu horizonte alcançava no máximo o nível estadual. (OLIVEIRA, 1973, p. 42)

À medida que a arena torna-se mais nacional, torna-se também, mais apartada dos interesses das bases, e essa pode ser considerada a marca distintiva do sistema político

brasileiro: o distanciamento das massas em relação ao processo decisório nacional, de longo alcance, estratégico. O processo de *decision-making* em âmbito nacional-redistributivo era levado a cabo, via de regra, por negociações de gabinete, envolvendo os deputados e senadores mais experimentados e a liderança nacional da legenda.

Também do IUPERJ é a tese de mestrado de Renato R. Boschi, *Marginalidade Urbana, educação e aspiração: Uma contribuição à teoria do comportamento político*, de 1971, orientada por Simon Schwartzmann. A tese é resultado de laboriosa pesquisa empírica, realizada em favelas das zonas norte e sul do Rio de Janeiro, com o fito de traçar um perfil detalhado, um mapa do *status sócio-econômico* dessas comunidades, e obter uma compreensão clara das aspirações comuns no meio social marginal (entendido no sentido de posicionamento marginal na estrutura produtiva e na alocação de bens e recursos).

Em oposição a análises que enxergavam o marginal como um potencial radical de esquerda em sua ação política, devido à frustração de seus interesses profissionais e materiais (interesses valorizados tipicamente em uma sociedade de massa), a pesquisa de Boschi indica que tanto a ocupação como a renda são pouco valorizados, em termos de *reforço de status*, no meio marginal, isto é, geram pequeno grau de *satisfação*. À diferença de ambientes mais desenvolvidos do ponto de vista social, a favela, segundo Boschi, é um espaço em que os ganhos de ocupação e de renda são pouco valorizados e associam-se à perpetuação de uma condição de privação. A mobilidade social ascendente é canalizada, nesse ambiente, à educação, o caminho mais acessível à elevação do *status* e conseqüente incorporação do marginal à sociedade mais ampla. A educação, também, segundo Boschi, opera como fator de desmobilização política do marginalizado em relação a sua comunidade de origem, por colocá-lo diante de aspirações de ordem individualista – hipótese confirmada pela tabulação de repostas contidas em um questionário acerca do tipo de ação política preferível pelos entrevistados.

Deve-se destacar, neste estudo, a preocupação que o atravessa com o rigor dos métodos de observação do comportamento. Boschi dedica boa parte de sua investigação à exposição da metodologia utilizada, tanto quantitativa como qualitativa. Trata-se de um conjunto de questionamentos em forma de entrevista, controle de seleção de amostras e tabulações, orientadas a captar com o máximo de precisão as aspirações, as reações políticas e as condições objetivas (renda, bens de consumo, ocupação) dos entrevistados. Perguntas como “Se o sr. pudesse recomeçar a vida, que tipo de trabalho gostaria de ter?” (BOSCHI, 1971, p.72), são seguidas pela classificação das repostas em aspirações baixas, médias ou altas. Através de uma série de classificações semelhantes, Boschi constrói um

modelo analítico para a observação da relação entre aspirações, satisfações e frustrações no grupo marginal.

Esse modelo examina a idéia de indivíduo como ente sujeito à premiação e ao castigo, cujo comportamento se ajusta a uma equação simples: procura pelo primeiro, evasão do último. Uma recompensa, quando esperada, mas não recebida, gera frustração e, a depender do grau de frustração, agressão. Essa é a equação do comportamento político que Boschi busca refinar, no caso do comportamento marginal, incorporando a dimensão sócio-cultural na investigação de suas causas; daí emerge o fator “educação” como aquele capaz de gerar maior grau de satisfação no âmbito das camadas marginais. Boschi resume da seguinte forma os objetivos perseguidos em sua tese:

A linha mestra da análise que empreenderemos está na verificação ou especificação das teorias que afirmam a radicalização política em função de discrepâncias entre o nível de aspirações e sua possibilidade de satisfação. Essas teorias [...] poderiam ser chamadas de teorias do “want-get ratio” (BOSCHI, 1971, p.4)

O autor dialoga diretamente com o *behaviorismo psicológico*, uma das muitas faces do *new rigorism*. Sua investigação visa esclarecer as circunstâncias de estímulos que levariam agrupamentos de indivíduos a uma determinada ação política, a uma escolha eleitoral, no sentido de maximizar sua satisfação. Tendo como premissa básica o indivíduo, a metodologia psico-behaviorista rejeita a concepção dos fenômenos sociais como algo diferente do resultado da soma de suas partes, rejeita, portanto, as aproximações organicistas aos fenômenos políticos. Rejeita, também, a investigação introspectiva, popularizada pela voga psicanalítica, associada ao conceito de subjetividade, contraposto ao da individualidade. Em linhas muito gerais, é possível contrapô-los em termos de *cognoscibilidade*: a ideia fiadora do behaviorismo é a possibilidade de progresso contínuo no conhecimento de seu objeto, através de sua face visível, mensurável - seu comportamento -, enquanto na tradição psicanalítica, encontra-se um incontornável elemento de opacidade, o inconsciente. O caráter objetivo da noção de indivíduo, desse modo, torna possível a crença no progresso linear e ilimitado do conhecimento, pela via do incremento dos métodos e técnicas de observação.

A sociabilidade – ou ambiente social – determina as formas de os indivíduos nela inseridos maximizarem sua satisfação, o que explica, nesta chave, as diferenças de

comportamentos observadas nos diferentes grupos. Homans (1999), ao traçar um panorama da influência behaviorista nas ciências sociais, observou que

As proposições da psicologia behaviorista dizem respeito àquilo que os comportamentos dos membros individuais de uma espécie têm em comum [...] não quer dizer isto que todo indivíduo se comporta como qualquer outro [...] Em linguagem matemática, as equações permanecem as mesmas, os parâmetros variam (HOMANS, 1999, p.103)

Os parâmetros a que Homans se refere podem ser lidos como a posição social do indivíduo - de marginalidade, por exemplo, como no estudo de Boschi. Não há, assim, interferência da sociabilidade na *formação de sujeitos*. O que ela fornece é o parâmetro de consecução de seus interesses (entendidos como impulsos ou *drives*) através de um jogo incessante e dinâmico de condicionamentos (estímulos e desestímulos, prêmios e castigos). A sociabilidade, portanto, não forma a vontade como *essência ativa*, mas como resposta, reação e, portanto, como *contingência*.

Uma das implicações mais evidentes da virada behaviorista no âmbito da teoria política foi o reforço à crença no esgotamento das ideologias. Não faria sentido, diante dos achados científicos em relação ao comportamento político, falar-se em ideologias arraigadas como orientadores da ação, pois elas seriam, quando muito, uma espécie de epiderme discursiva de ações individuais determinadas por fatores externos. A ação coletiva deixa o terreno das crenças compartilhadas e passa a ser compreendida em chave causal-objetiva. Este tipo de ação só é inteligível à medida que são identificados os fatores sociais em comum a pô-la em movimento.

Conclusão

Do ISEB, há uma herança que permanece no estilo de ciência política inaugurada no DCP e no IUPERJ. Há o interesse por alguns temas em comum, como a questão da autonomia nacional no cenário internacional e com o desenvolvimento econômico, embora de forma geral, o olhar seja mais restrito, o estilo menos vinculado à erudição histórica e a linguagem, preferencialmente, a das ciências naturais - testes, hipóteses variáveis dependentes e independentes, experimentos, etc.

Há, é certo, exceções, mesmo porque alguns dos fundadores da “nova ciência” eram homens do “velho mundo”, intelectuais que participaram ativamente do ISEB, e que, mesmo

aderindo aos novos padrões de rigor e objetividade, mantinham algo desse velho mundo, o gosto pelo ensaísmo, pela retórica e pela polêmica, enfim, um *pathos* que se tornou cada vez mais objeto de crítica entre os adeptos do rigor metodológico.

Na primeira edição da *Revista Dados* do IUPERJ, de 1966, assinada por alguns desses intelectuais de velha cepa, como Cândido Mendes e Helio Jaguaribe, lê-se, no editorial, uma explícita advertência contra os exageros do metodologismo behaviorista:

A presente revista, visando a equipar-se destas conquistas e desta ascese [do behaviorismo], rejeita, entretanto, uma visão rarefeita da ciência social e procura, ao eco daquele veio profundo do pensamento brasileiro, retomar o compromisso com a totalidade. Tal enlace, entretanto, exige, essencialmente, uma referência dialética, à qual não pode dar resposta a utilização janízara do behaviorismo e das técnicas de análise e de condutas sociais aperfeiçoadas pela melhor tradição sociológica americana.

A criação do DCP e do IUPERJ é acompanhada de uma série de cisões, dentre as quais, entre as filosofias do conhecimento e da política, e entre o estilo ensaístico e a escrita científica. Essas cisões, insisto, embora tenham definido em muitos sentidos, os rumos que a ciência política seguiu a partir de então, não se tornaram ponto pacífico. Encontraram resistências, uma força de atrito, nos homens do velho mundo e em seus epígonos, que mantiveram viva uma tradição de pensamento em que a estética, a erudição e a normatividade não devem ser compreendidas como polo oposto do estudo dos fatos.

O artigo de Jaguaribe no mesmo volume do editorial acima mencionado é ilustrativo dessa resistência; nele, o autor aborda o problema da ordenação político-institucional no grau mais amplo possível, o mundial, em franca oposição aos princípios metodológicos de atenção às minudências e de focalização analítica, tão caros ao *new rigorism*. Sua aproximação opõe-se também a este último por avaliar o ordenamento político mundial de um ponto de vista normativo; após descrever três cenários institucionais possíveis, mais ou menos centralizados, Jaguaribe sublinha as vantagens comuns aos três tipos: aumentar o grau de racionalidade e previsibilidade do status quo nas relações internacionais, sem os custos das mudanças abruptas, e, por outro lado, sem compromisso com a reprodução desse mesmo *status quo*, mas regulando o passo e a forma de suas transformações. Afiguram-se, ainda, como resultado desse processo a distribuição mais equitativa de bens fundamentais – saúde, educação, renda – em escala global e o bom termo do processo de

paz mundial, através do controle e redução dos arsenais nucleares. A natureza aplicada da abordagem é explicitada na seção final do artigo, “A missão dos intelectuais”, na qual Jaguaribe ajuíza: “Cabe aos intelectuais o papel decisivo na formação dos grupos de pressão da ordem mundial precedentemente referidos” (JAGUARIBE, 1966, p.158). Em vez do distanciamento, da pesquisa pura, cumpre aos cientistas sociais articular e sintetizar os grandes problemas políticos de seu tempo e indicar meios de superá-los, de modo a constituir algo próximo a uma *intelligentsia*.

Como indício da resiliência e da vitalidade dessa tradição, podemos considerar as constantes críticas dos adeptos da nova ciência à “herança ideológica” que não se extingue. Assim, escreve Cintra, a respeito da sociologia, no ano anterior ao da publicação do editorial e do artigo de Jaguaribe:

O desenvolvimento da Sociologia no Brasil, tal como podemos avaliá-lo pela maioria das publicações dos anos mais recentes, ainda está longe de haver alcançado aquele ponto em que se possa falar dela como verdadeira ciência empírica. [...] A visão atual de uma Sociologia a que se possam aplicar os critérios fundamentais do saber científico – a comprobabilidade de seus resultados, o grau de confirmação deles, a falsificabilidade que apresentem suas hipóteses, o grau de generalidade a que alcancem...- está bem longe de ver-se predominante nos quadros intelectuais do país. (CINTRA, 1965, p.9)

A tradição de reflexão ensaística sobre a política, no Brasil, tem origens bastante longínquas, como indica Lessa (2011), vinculada à própria formação do Estado brasileiro. Pensadores como Frei Caneca, José Bonifácio e o Visconde de Cairú fizeram parte da constituição de um espaço reflexivo acerca da experiência político-institucional a ser estabelecida no país, ao longo do século XIX. Uma característica comum a esses intelectuais reside no fato de terem sido não somente pensadores da política, mas seus operadores – estadistas, políticos, líderes, uma classe muito próxima da prática, das refregas e do calor dos acontecimentos, cuja escrita se apresentava, mais ou menos explicitamente, em termos subjetivos. Essa tradição lega à nova ciência constituída um cabedal simbólico que impede o predomínio pacífico do *valor da objetividade*, ao menos no grau alcançado em outras realidades, como a da academia norte-americana, em que a própria ideia da objetividade como valor torna-se imperceptível, de tão cristalizada.

Permanecem, mesmo nos trabalhos mais orientados ao plano empírico, elementos simbólicos de legitimação que impedem a consolidação da “ciência fática” referida por Cintra. Os novos métodos respondem a antigos problemas, definidos pela longínqua linhagem do pensamento político brasileiro: a tradição que reservou aos temas da formação do Estado, do nacionalismo e do desenvolvimento (ou subdesenvolvimento) econômico um notável protagonismo histórico. As teses de Schmidt e Boschi, em larga medida orientam-se por essa temática, com sutis alterações léxicas: autonomia nacional (o nacionalismo) e marginalidade ou exclusão de bens (o subdesenvolvimento). Publicações, como a *Revista Dados* e os *Cadernos DCP* dedicam muitas de suas páginas às reflexões acerca dos temas acima referidos, não raro na forma de pequenos ensaios históricos e filosóficos.⁶

Referências Bibliográficas

BOSCHI, Renato Raul (1971) *Marginalidade Urbana, educação e aspiração: Uma contribuição à teoria do comportamento político*. Dissertação em Ciência Política. Rio de Janeiro: IUPERJ.

CATLIN, George. (1937) “The Delimitation and Mensurability of Political Phenomena”. *American Political Science Review* Vol.21, nº2, 255-269.

CINTRA, Antônio Octávio (1965) “Sociologia, ciência fática” *Revista de Estudos Sociais*, Vol.1, nº 1, 9 – 23.

DE CARVALHO, José Murilo (2010) *Entrevista com José Murilo de Carvalho*. Disponível em: <http://desigualdadeiversidade.soc.puc-rio.br>. Acessado em: 11/09/2015.

EASTON, David. (1968) *Uma Teoria da Análise Política*. Rio de Janeiro: Zahar.

_____ (1969) “The New Revolution in Political Science”. *The American Political Science Review*, Vol. 63, Nº4.

EULAU, Heinz.(1963) *The Behavioral Persuasion in Politics*. New York: Random House.

FORJAZ, Maria Cecília Spina (1997) “A Emergência da Ciência Política no Brasil: aspectos institucionais” *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, vol. 12 nº 35,

⁶ Destaque para os artigos de Maria Sylvia de Carvalho Franco sobre violência local, dentro da tradição de estudos regionalistas, os ensaios históricos de José Murilo de Carvalho e, claro, os dos chamados “isebianos históricos”, muito impregnados da amplitude teórica típica do pensamento isebiano.

GUNNELL, John (1979) *Political Theory: Tradition and Interpretation*. Cambridge: Winthrop Publishers.

HOMANS, George. (1999) "Behaviorismo e pós-behaviorismo" em: Giddens, A. ; Turner, J.. *Teoria Social Hoje*. São Paulo: UNESP.

JAGUARIBE, Helio. (1966) "Ordem Mundial, Racionalidade e Desenvolvimento". *Dados*, vol. 1, nº1, 141-159.

LAMOUNIER, Bolívar (1982) "A Ciência Política no Brasil: Roteiro para um Balanço Crítico" em LAMOUNIER, B. (org.) *A Ciência Política nos anos 80*. Brasília: UnB.

LESSA, Renato. (2011). "Da interpretação à ciência: por uma história filosófica do conhecimento político no Brasil". *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, nº 82, 17-60.

LOWI, Theodore (1964) "American Business, Public Policy, Case-studies and Political Theory" *World Politics*, vol. 16, nº 4 , 677 – 715.

MARTINS, Carlos Estevam (1966) "Construção de teoria na ciência social brasileira" *Dados*, vol. 1, nº1, 84-114.

OLIVEIRA, Lucia M. Lippi (1973) *O Partido Social Democrático*. Dissertação em Ciência Política. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1973.

REIS, Fábio Wanderley (1982) "Mudança, Racionalidade e Política: Problemas Básicos de Teoria e Método na Ciência Sóciopolítica Contemporânea" em LAMOUNIER, B. (org.) *A Ciência Política nos anos 80*. Brasília: UnB.

DOS SANTOS, Wanderley Guilherme (2011) *Wanderley Guilherme dos Santos (depoimento,2011)*. Disponível em:

<http://cpdoc.fgv.br/cientistasocial/wanderleyguilhermedossantos#Transcricao>. Acessado em: 13/09/2015.

SCHMIDT, Benicio Viero. (1970) *Um teste de duas estratégias políticas: a dependência e a autonomia*. Dissertação em Ciência Política. Belo Horizonte: UFMG.

SCHORSKE, Carl (1998) "The new rigorism in the human sciences" em BENDER, T.; SCHORSKE, C. (eds.) *American academic culture in transformation: fifty years, four disciplines*. Princeton: Princeton University Press.

SCHWARTZMANN, Simon (1977) *Avaliação e Perspectivas da Área de Ciência Política (CNPq)*. Disponível em <http://www.schwartzman.org.br/simon/cpolitica.htm>. Acessado em: 14/09/2015.

WEBER, Max. (1998) A “Objetividade” do Conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política” em OLIVEIRA, P. (org.). *A Metodologia das Ciências Humanas*. São Paulo: Hucitec/UNESP.